

A LAVA JATO REVIDA

ÚLTIMO BASTIÃO DA OPERAÇÃO,
O JUIZ MARCELO BRETAS INVESTE
CONTRA OS ADVOGADOS DE LULA

por RODRIGO MARTINS

Após o afastamento de Deltan Dallagnol da força-tarefa de Curitiba, a demissão coletiva dos procuradores de São Paulo e uma sucessão de decisões desfavoráveis nas cortes superiores, a Lava Jato agoniza em praça pública. Último bastião da operação, o juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, pretende, porém, lutar até o fim. Na quarta-feira 9, o magistrado lançou um ataque sem precedentes contra um dos principais críticos dos métodos lava-jatistas, o advogado Cristiano Zanin, defensor do ex-presidente Lula.

Por ordem de Bretas, a Polícia Federal deflagrou uma megaoperação para investigar um suposto esquema de tráfico de influência no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal de Contas da União, com desvio de recursos públicos

do Sistema S. O juiz autorizou nada menos que 50 mandados de busca e apreensão no endereço de suspeitos, em escritórios de advocacia e outras empresas investigadas pelo estimado desvio de 151 milhões de reais das seções fluminenses do Sesc, do Senac e da Fecomercio.

A operação atingiu Frederick Wassef, ex-defensor da família Bolsonaro, e Ana Tereza Basílio, que defende o governador afastado do Rio, Wilson Witzel. Mas os principais alvos, não restam dúvidas, são Zanin e o seu sócio Roberto Teixeira, acusados de liderar o esquema. De acordo

com o Ministério Público Federal, o Sesc, o Senac e a Fecomercio destinaram mais de 50% do seu orçamento, durante seis anos, para contratos com escritórios de advocacia. Os procuradores fluminenses dizem que os contratos eram falsos, os “serviços advocatícios declarados não eram prestados, mas remunerados por elevados honorários”. A origem da investigação foi a delação premiada de Orlando Diniz, ex-presidente das entidades.

Zanin se diz vítima de uma tentativa de intimidação. “O juiz Marcelo Bretas é notoriamente vinculado ao presidente Jair Bolsonaro e sua decisão no caso concreto está relacionada ao trabalho desenvolvido em favor de um delator assistido por advogados ligados ao senador Flávio Bolsonaro”, afirmou, em referência à advogada Luciana Pires, que atuou na celebração do acordo de delação premiada de Diniz.

A proximidade de Bretas com Bolsonaro foi alvo de críticas da Ordem dos Advogados do Brasil, que pediu para o Conselho Nacional de Justiça apurar a sua conduta. A pedido do então corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região abriu um processo administrativo disciplinar para apurar as aventuras do magistrado no mundo político. Em 15 de fevereiro, para citar um exemplo, o juiz acompanhou o presidente na inauguração de uma obra e em um evento religioso na capital fluminense. Bretas foi ainda à posse de Bolsonaro.

Curiosamente, o filho de Humberto Martins, hoje presidente do STJ, também acabou na mira da Lava Jato. Os procuradores fluminenses acusam o advogado Eduardo Martins de receber cerca de 82 milhões de reais da Fecomercio do Rio para influenciar decisões de ministros da corte. De acordo com os procuradores, caberia a ele a missão de obter no STJ decisões que pudessem manter Diniz à frente da entidade paraestatal, mantida com contribuições obrigatórias de empresários.

**CRISTIANO ZANIN
LEMBRA AS
LIGAÇÕES DO
MAGISTRADO COM
O BOLSONARISMO**



Sobrou até para o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, crítico contumaz dos arroubos autoritários de Bolsonaro. O delator acusa o advogado de pedir dinheiro “em espécie” para sua campanha à reeleição da OAB do Rio em 2014. Diniz afirmou que não tinha os recursos, mas acertaram um contrato de fachada entre a Fecomercio e um indicado de Santa Cruz no valor de 120 mil reais.

A devassa nos escritórios de advocacia e a fragilidade das denúncias escandalizaram o mundo jurídico. “A operação denominada ‘Esquema S’ ocorreu, de forma estranha e surpreendente, no mesmo dia do recebimento da denúncia pelo juiz Bretas, com 510 páginas. Significa que o Ministério Público decidiu denunciar antes e buscar provas depois. E que o juiz aceitou a denúncia antes de saber se existem provas”, observou a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia. “Por outro lado, seria ingênuo crer em

Zanin classifica a decisão de Bretas como tentativa de intimidação

uma enorme coincidência de que a operação atinja escritórios de advogados que fazem a defesa de políticos desafetos do atual presidente da República, como os advogados do ex-presidente Lula.”

Para o grupo Prerrogativas, que reúne juristas e operadores do Direito, a investida contra advogados de Lula “segue a longa tradição de ilegalidades e abuso de poder” da Lava Jato e visa a criminalização da advocacia. Na avaliação dos integrantes do coletivo, a competência para eventual processo relacionado ao tema pertence à Justiça estadual. “Chama atenção, por fim, a realização espetacular de busca e apreensão com

denúncia já ofertada, com cobertura midiática tantas vezes usada pela Lava Jato, de modo a promover a condenação prévia dos investigados, exemplo típico de pirotecnia processual.”

Um laudo elaborado por auditores independentes, diz Zanin, comprova a atuação do seu escritório em favor da Fecomercio. De 2011 a 2018, foram mobilizados 77 profissionais, que dedicaram 12.474 horas de trabalho e elaboraram cerca de 1,4 mil petições, explica. Os valores pagos pela entidade se devem ao “litígio de grandes proporções, classificado como uma ‘guerra jurídica’ por alguns veículos de imprensa à época, entre a Fecomercio/RJ e a Confederação Nacional do Comércio (CNC), duas entidades privadas e congêneres de representação de empresários e comerciantes”. Santa Cruz diz jamais ter pedido qualquer contribuição de Diniz. “Tais mentiras só podem ser interpretadas como retaliação à minha ação como advogado do Sesc e do Senac do Rio em processo no TCU, justamente pedindo ressarcimento dos danos causados pelo delator às organizações – processo este em que esse senhor foi condenado a devolver mais 58 milhões de reais aos cofres do Sesc e do Senac estaduais”.

No afã de demonstrar que ainda está viva, a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba deflagrou outra operação na quinta-feira 10, para investigar supostas fraudes em operações de câmbio comercial contratadas pela Petrobras com o Banco Paulista. Dias antes, Eduardo Paes, ex-prefeito do Rio e novamente candidato ao cargo, tornou-se réu na Justiça Eleitoral por conta de um desdobramento de investigações da Lava Jato. A acusação baseia-se em delações de executivos da Odebrecht celebradas há três anos. O ex-prefeito se diz indignado com a “tentativa clara de interferência do processo eleitoral”. O *timing* é realmente suspeito. Parada por três anos no Supremo Tribunal Federal, a investigação foi concluída três meses após chegar à Justiça Eleitoral do Rio. •